

DESTAQUE

NOVO GOVERNO

Os eixos de um governo pensado para a acção

Com o Governo mais numeroso da democracia, António Costa fez uma profunda reorganização do executivo no que respeita a objectivos e prioridades para os próximos quatro anos

São José Almeida

O segundo Governo liderado por António Costa tem apenas dois novos ministérios, mas depois de serem conhecidos os secretários de Estado é possível fazer a leitura de uma nova organização do executivo desenhada para uma acção política que pode indiciar as áreas de intervenção reformista.

Num Governo que sobe de 17 para 19 ministros, com dois estreantes, e de 42 para 50 secretários de Estado, dos quais 22 são novos – o mais numeroso da democracia –, o independente Pedro Siza Vieira ganha um papel central. O peso do ministro de Estado da Economia e da Transição Digital advém também de ele ser o segundo na hierarquia do executivo e, por isso, substituir o primeiro-ministro na coordenação dos seus

pares, quando Costa estiver ausente, sobretudo nos período antes e durante a presidência da União Europeia, no primeiro semestre de 2021.

Dinamizar a economia

O seu lugar como número dois reflecte, por outro lado, a aposta que Cos-

António Costa
Primeiro-ministro



Pedro Siza Vieira
Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital

João Neves
Secretário de Estado Adjunto e da Economia

Rita Marques
Secretária de Estado do Turismo

João Torres
Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor

André de Aragão Azevedo
Secretário de Estado para a Transição Digital



Augusto Santos Silva
Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

Ana Paula Zacarias
Sec. de Estado dos Assuntos Europeus

Teresa Ribeiro
Sec. de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação

Berta Milheiro Nunes
Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas

Eurico Brilhante Dias
Sec. de Estado da Internacionalização



Mariana Vieira da Silva
Ministra de Estado e da Presidência

André Moz Caldas
Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Rosa Monteiro
Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade

Cláudia Pereira
Secretária de Estado para a Integração e as Migrações



Mário Centeno
Ministro de Estado e das Finanças

Ricardo Mourinho Félix
Secretário de Estado Adjunto e das Finanças

João Leão
Secretário de Estado do Orçamento

António Mendonça Mendes
Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

Álvaro Novo
Secretário de Estado do Tesouro



João Gomes Cravinho
Ministro da Defesa Nacional

Jorge Seguro Sanches
Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional

Catarina Sarmento Castro
Secretária de Estado de Recursos Humanos e Antigos Combatentes



Eduardo Cabrita
Ministro da Administração Interna

Antero Luís
Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna

Patrícia Gaspar
Secretária de Estado da Administração Interna



Francisca Van Dunem
Ministra da Justiça

Mário Belo Morgado
Secretário de Estado Adjunto e da Justiça

Anabela Pedroso
Secretária de Estado da Justiça



Alexandra Leitão
Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública

Maria de Fátima de Jesus Fonseca
Secretária de Estado da Inovação e da Modernização Administrativa

José Couto
Secretário de Estado da Administração Pública

Jorge Botelho
Secretário de Estado da Descentralização e da Administração Local



Nelson de Souza
Ministro do Planeamento

José Gomes Mendes
Secretário de Estado do Planeamento



Graça
Ministra da C...

Ángela
Secretária Adjunta de C...

Nuno A
Secretário do C...

Nuno A
Secretário do C...

ta pretende dar à dinamização da economia privada a partir do Estado. Um objectivo que está associado à prioridade atribuída à transição digital. Este desafio foi assumido pelo líder do PS no programa eleitoral e está no centro da preocupação dos Estados-membros da UE e do Parlamento Europeu. O protagonis-

mo deste desafio levou mesmo à criação da nova da Secretaria de Estado para a Transição Digital, ocupada por André de Aragão Azevedo. Aqui, o raio de acção é incentivar a modernização digitalizada na economia privada.

Já o desafio da digitalização da administração pública, anterior-

mente incluído no Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa e concretizado pelos programas Simplex, é entregue e Fátima Fonseca, até aqui secretária de Estado da Administração e do Emprego Público de Mário Centeno. O dossier desloca-se agora para o novo Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública, ocupado por Alexandra Leitão, uma das novidades relevantes deste Governo.

A criação deste ministério traz consigo mais duas secretarias de Estado: Administração Pública, entregue a José Couto, e Descentralização e Administração Local, para onde foi nomeado Jorge Botelho. Esta configuração demonstra a aposta na reforma e o reforço da administração pública prometida por António Costa, que agora fica concentrada num ministério, não só no que toca a gestão de carreiras mas

Os governos não se medem em função do número de membros, mas devem ter uma orgânica ajustada ao programa do Governo e às prioridades do país

António Costa
Primeiro-ministro

também à reforma e organização de serviços da administração central e local.

Aposta na administração

Outra prioridade do programa do PS que agora se reflecte no organograma do Governo é a do combate às desigualdades. Mariana Vieira da Silva mantém-se como ministra da Presidência, mas sobe a ministra de Estado para coordenar precisamente esta prioridade, continuando a tutelar a Secretaria de Estado e Cidadania e Igualdade, onde Rosa Monteiro permanece à frente das questões de género. E é criada pela primeira vez a Secretaria de Estado para a Integração e as Migrações, ocupada por Cláudia Pereira. Mantém-se sob a tutela de Mariana Vieira da Silva a Secretaria de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, ocupada por André Moz Caldas. →



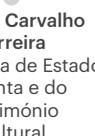
Tiago Antunes
Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-ministro

Duarte Cordeiro
Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares

André Moz Caldas
Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros



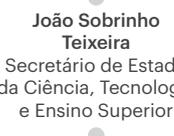
Fátima Fonseca
Ministra da Cultura



Ana Carvalheiro
Secretária de Estado da Cultura e do Património Cultural



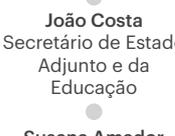
Manuel Heitor
Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior



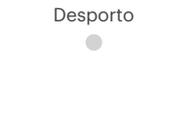
João Sobrinho Teixeira
Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior



Tiago Brandão Rodrigues
Ministro da Educação



João Costa
Secretário de Estado Adjunto e da Educação



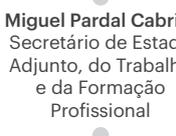
Susana Amador
Secretária de Estado da Educação



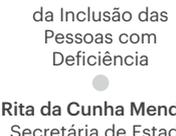
João Paulo Rebelo
Secretário de Estado da Juventude e Desporto



Ana Mendes Godinho
Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social



Miguel Pardal Cabrita
Secretário de Estado Adjunto, do Trabalho e da Formação Profissional



Gabriel R. Bastos
Secretário de Estado da Segurança Social



Ana Sofia Antunes
Secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência

Rita da Cunha Mendes
Secretária de Estado da Acção Social



Marta Temido
Ministra da Saúde



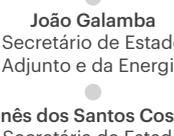
Jamila Madeira
Secretária de Estado Adjunta e da Saúde



António Lacerda Sales
Secretário de Estado da Saúde



João Matos Fernandes
Ministro do Ambiente e da Acção Climática



João Galamba
Secretário de Estado Adjunto e da Energia



Inês dos Santos Costa
Secretária de Estado do Ambiente



João Lopes Catarino
Secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território

Eduardo Pinheiro
Secretário de Estado da Mobilidade



Pedro Nuno Santos
Ministro das Infra-Estruturas e da Habitação



Alberto Souto de Miranda
Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações



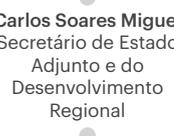
Jorge Delgado
Secretário de Estado das Infra-Estruturas



Ana Pinho
Secretária de Estado da Habitação



Ana Abrunhosa
Ministra da Coesão Territorial



Carlos Soares Miguel
Secretário de Estado Adjunto e do Desenvolvimento Regional



Isabel Ferreira
Secretária de Estado da Valorização do Interior



Maria do Céu Albuquerque
Ministra da Agricultura



Nuno Tiago dos Santos Russo
Secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural



José Apolinário
Secretário de Estado das Pescas



Ricardo Serrão Santos
Ministro do Mar

DESTAQUE

NOVO GOVERNO

Mas o combate às desigualdades coordenado por Mariana Vieira da Silva é transversal a outras áreas do Governo. Entre elas saliente-se o novo Ministério da Coesão Territorial, tutelado por Ana Abrunhosa. Aqui surge como secretário de Estado adjunto e do Desenvolvimento Regional Carlos Miguel, que transita das autarquias locais e da Administração Interna, e a Secretaria de Estado da Valorização do Interior, entregue a Isabel Ferreira. O combate às desigualdades através da coesão territorial representa a aposta em sanar as diferenças entre litoral e interior. Daí que este novo ministério vá ter como tarefa a gestão de importante parte dos fundos de comunitários, nomeadamente os programas de coesão como o Fundo de Coesão e o Fundo Social Europeu.

O peso da transição energética

O quarto eixo em que o programa eleitoral está desenhado e que se reflecte no Governo é o do combate às alterações climáticas, que passa ao próprio organograma do executivo, com João Pedro Matos Fernandes a ser ministro do Ambiente e da Acção Climática.

Este ministério também é renovado e apenas o secretário de Estado da Energia, João Galamba, continua, agora com o estatuto de adjunto e com o dossier da transição energética. A nova secretária de Estado do Ambiente é Inês Costa, actual adjunta do ministro, em substituição de João Ataíde. O novo secretário de Estado adjunto e da Mobilidade é ex-presidente da Câmara de Matosinhos, Eduardo Pinheiro, em substituição de José Mendes, que transita para o Planeamento. Por sua vez, o novo secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território é João Catarino, que até agora era secretário de Estado da Valorização do Interior.

Destaque-se ainda que Augusto Santos Silva surge como ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros com uma missão também maior: a de coordenar a preparação e a concretização da presidência portuguesa da União Europeia, no primeiro trimestre de 2021.

sao.jose.almeida@publico.pt

Cinco “ajudantes” promovidos. O que isso diz sobre o futuro?

António Costa quis reforçar o papel da Economia e também das negociações com a Concertação Social. João Galamba vê o seu papel reforçado depois de polémica

Liliana Valente

António Costa diz que os governos não se medem pelo número de membros, mas há mudanças na dimensão e na hierarquia com significado político a assinalar. No total, o novo Governo passa a ter 13 secretários de Estado com estatuto de adjuntos dos seus ministros, quando antes eram oito. Da anterior para a actual equipa, há quatro promoções de secretários de Estado – Miguel Cabrita, João Galamba, João Neves e João Costa – às quais acresce a de Carlos Miguel, que muda de ministério. E cada uma tem algo a dizer sobre as prioridades definidas por António Costa.

Na orgânica do novo Governo, António Costa quis reforçar o papel da Economia. Ou, pelo menos, do ministro da Economia, Pedro Siza Vieira. Associada a esta promoção a número dois do executivo está uma outra: Siza Vieira promove o seu secretário de Estado da Economia, João Neves, a adjunto do seu ministério, dando sinais de que para este novo mandato a Economia terá maior primazia sobre outras áreas, como as Finanças. Miguel Cabrita é o número dois de Ana Mendes Godinho, no Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. É o membro daquele gabinete que assegura a continuidade do legado de Vieira da Silva. Na nova pasta, passa não só a ser adjunto como acrescenta a Formação Profissional. A mudança no nome, ficando como secretário de Estado adjunto do Trabalho e da Formação Profissional, esconde um significado político de aposta na negociação em Concertação Social, dando peso às relações laborais e negociação colectiva e ainda à formação profissional,



João Galamba sobe a número dois de Matos Fernandes

Miguel Cabrita sobe a número dois na Segurança Social. É também o membro do ministério que assegura a continuidade do legado de Vieira da Silva

que passa a ter presença no nome de uma pasta, o que não acontecia há dez anos. Cabrita foi, aliás, a cara que apareceu nas recentes negociações com os motoristas de matérias perigosas, ao lado de Pedro Nuno Santos.

Era já na prática o número dois de Vieira da Silva e já tinha responsabilidades na Concertação Social, trabalho que continuará a desenvolver num mandato em que o diálogo com patrões e sindicatos será mais central. A começar pelo acordo para aumento de rendimentos, que o primeiro-

ministro colocou no topo das prioridades, que passa pelo aumento não só do salário mínimo nacional mas de algo mais abrangente que mexa noutra tipo de remunerações. Miguel Cabrita reforça ainda a presença de dirigentes socialistas no Governo e de deputados que não chegam a assumir essas funções. A promoção de João Galamba, também ele dirigente socialista, a número dois do Ambiente é mais um sinal político. O governante tem estado debaixo de fogo por causa de notícias da RTP relacionadas com a exploração de lítio e vê agora o seu ministro, João Pedro Matos Fernandes, reforçar-lhe a confiança. No que diz respeito ao conteúdo da governação, a área que João Galamba tutela, a Transição Energética, é um dos quatro pilares do programa socialista.

Com esta nova composição, Galamba passa a ser secretário de Estado adjunto e da Energia, o que obriga a que tenha uma visão mais transversal do trabalho do ministério. Na anterior equipa, o adjunto de Matos Fernandes era José Mendes, secretário de Estado da Mobilidade que transita para o Ministério do Planeamento,

lugar que o leva a perder o título de adjunto. Na verdade porque é o único secretário de Estado do gabinete de Nelson de Souza. A saída de José Mendes faz também cair na hierarquia do Ministério do Ambiente a pasta da Mobilidade. Com a saída de Alexandra Leitão para o cargo de ministra, também no Ministério da Educação há uma promoção: João Costa passa a ser secretário de Estado adjunto e da Educação. Mas aqui há apenas uma troca por troca.

Já no novo Ministério da Coesão, há mais uma valorização a notar. Além destas quatro promoções directas, há uma quinta, a de Carlos Miguel, mas num ministério diferente. O ex-secretário de Estado das Autarquias Locais sai da alçada da Administração Interna e passa a integrar o novo Ministério da Coesão Territorial, como secretário de Estado adjunto e do Desenvolvimento Regional. Uma pasta que terá a gestão dos fundos regionais e que responde ao desafio do combate às desigualdades, um dos pilares do programa de Governo.

Na nova orgânica, há entradas directas para secretarias de Estado no topo dos ministérios. O regressado Jorge Seguro Sanches foi convidado por Gomes Cravinho para ser secretário de Estado adjunto da Defesa, depois de ter deixado a pasta da Energia no anterior Governo. A deputada Jamila Madeira entra para o cargo de secretária de Estado adjunta da Saúde. O mesmo acontece com Antero Luís e Mário Morgado, para secretários de Estado adjuntos da Administração Interna e da Justiça, respectivamente. Ricardo Mourinho Félix (Finanças), Alberto Souto (Infra-Estruturas) e Ângela Ferreira (Cultura) são os três secretários de Estado com estatuto de adjunto que se mantêm.

liliana.valente@publico.pt



Há uma apreensão grande em relação à disponibilidade que nunca manifestou relativamente à resolução dos problemas dos trabalhadores

José Correia Dirigente do STAL, sobre a indicação de Jorge Botelho, actual presidente da Câmara de Tavira, para secretário de Estado da Descentralização

Souza tem o pensamento estratégico, Abrunhosa a gestão do dinheiro dos fundos

Luísa Pinto

Ao pensar a orgânica de um novo Governo, o primeiro-ministro, António Costa, disse querer adaptá-lo à nova fase que se adivinha em termos de negociação e gestão dos fundos estruturais, e dar ao Ministério do Planeamento um novo estatuto que revalorize a sua função mais estratégica e prospectiva. Nelson de Souza vai assegurar a coordenação da conclusão do actual quadro financeiro e estar na linha da frente na negociação em Bruxelas de como se vai fazer o fecho do quadro financeiro actual, o Portugal 2020 (que decorre até 2023), assim como lançar as bases do que vai ser o próximo quadro financeiro plurianual 2021-2027.

O Ministério do Planeamento vai coordenar tudo o que são fundos estruturais, espalhados em programas operacionais que têm várias tutelas governativas – o Ministério do Mar tem o Mar 2020, o Ministério do Ambiente gere o Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no uso de Recursos (POSEUR), ou o programa Operacional de Competitividade e Internacionalização (Com-

pete), que continua no Ministério da Economia.

Mas se até agora o Ministério do Planeamento tinha a tutela directa dos Programas Operacionais Regionais, vai também perdê-los para o novo Ministério da Coesão Territorial, entregue à até agora presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Ana Abrunhosa. No actual quadro comunitário, estes programas regionais significaram um envelope de cerca de 7,7 mil milhões de euros – uma fatia relevante dos 25 mil milhões atribuídos a Portugal no âmbito do Portugal 2020. Nesta fase, as taxas de compromisso de todos os programas já estão bastante elevadas, mas ainda há muitas decisões a tomar.

A criação deste novo Ministério da Coesão Territorial é uma espécie de culminar das preocupações que o primeiro-ministro tem vindo a demonstrar, mas que ainda não teve grandes resultados no terreno: começou com uma Unidade de Missão, cuja coordenadora, Helena Freitas, bateu com a porta por causa da falta de interesse no programa; passou para uma secretária de Estado da Valorização do Interior, criada numa das últimas remodelações governamentais feitas durante o primeiro mandato de António Costa, mas que não mostrou resultados. Termina agora com um assento no Conselho de Ministros.

Ana Abrunhosa vai formar equipa com alguém que conhece bem o interior e os seus problemas: a nova secretária de Estado da Valorização do Interior, Isabel Ferreira, vem de Bragança, onde é vice-presidente do Instituto Politécnico e directora do Centro de Investigação de Montanha. E terá na equipa também quem conhece bem o funcionamento dos municípios: o secretário de Estado adjunto e do Desenvolvimento Regional foi secretário de Estado das Autarquias Locais.

luisa.pinto@publico.pt



Ana Abrunhosa

Mais deputados, mais pessoas de fora de Lisboa e uma reentrada

De um executivo para o outro, António Costa “contratou” mais dois ministros (de 17 para 19) e oito secretários de Estado (de 42 para 50). O Governo tem agora 70 membros, incluindo o primeiro-ministro. As expectativas apontam para que todos os governantes tomem posse ao mesmo tempo, na próxima sexta ou sábado, depois do Parlamento.

De fora de Lisboa

Mais de metade do Governo não nasceu em Lisboa. Apesar de a capital ser a cidade do país mais bem representada no executivo (entre ministros e secretários de Estado há 22 alfacinhas), 39 governantes vieram do resto do país ou mesmo do estrangeiro (e em nove casos não é possível determinar a naturalidade). Há 25 localidades que têm filhos da terra no executivo, incluindo Alfândega da Fé, Braga, Coimbra, Ponte de Sor, Barreiro, Vinhais, Torres Vedras, Águeda ou Penamacor. Índia, Angola, Moçambique e Alemanha são os países representados no executivo.

Mais deputados

Dos 108 deputados que o PS elegeu, 27 vão passar da Assembleia da República para o Governo. Estão incluídos nestas contas três ministros de Estado: Augusto Santos Silva, Mariana Vieira da Silva e Mário Centeno. Na legislatura que está a terminar, 21 deputados tinham sido convidados para o executivo, como João Galamba ou Eurico Brilhante Dias. Dois dos que até agora estavam em São Bento e que vão para secretários de Estado são Jânila Madeira e António Sales.

Mulheres (ainda) em minoria

Além das oito ministras, há agora 18 secretárias de Estado em pastas tão distintas como Turismo, Antigos Combatentes, Educação, Ambiente ou

Habituação. Apesar de ter mais de um terço de mulheres, o Governo (incluindo o primeiro-ministro) fica com 37,1% de mulheres, três pontos percentuais aquém do objectivo delineado na nova lei da paridade para os titulares de cargos políticos. Contudo, a legislação não se aplica ao executivo.

Grupo de repetentes

Há 28 secretários de Estado que se repetem (56%), apesar de alguns mudarem de pastas. O ministério que menos alterações tem é o de Mário Centeno, que mantém Ricardo Mourinho Félix, João Leão, António Mendonça Mendes e Álvaro Novo, perdendo apenas Fátima Fonseca, que transita para a Inovação e a Modernização Administrativa. Carlos Miguel, por exemplo, sai da alçada de Eduardo Cabrita e passa a tutelar a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, como adjunto da ministra Ana Abrunhosa.

Um único regresso

Em toda a nova orgânica do executivo, há um caso *sui generis*: o de Jorge Seguro Sanches. O ex-secretário de Estado da Energia deixou o Ministério do Ambiente e o Governo em Outubro de 2018, passou, entretanto, pela Inspeção-Geral da Defesa e agora regressa ao executivo. Vai abraçar uma nova pasta como secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional.

Doze saídas

Ao ser escolhido para secretário-geral adjunto do PS, José Luís Carneiro já sabia que não integraria o Governo. Isabel Oneto (Administração Interna) e Cláudia Joaquim (Segurança Social) também já teriam pedido para deixar o executivo. Mas houve outras saídas: Luís Goes Pinheiro (Presidência), Helena

Ribeiro (Justiça), Ana Santos Pinto (Defesa), João Ataíde e Célia Ramos (Ambiente) passaram as suas áreas a outros. Remodelação total só ao nível das Secretarias de Estado da Saúde e da Agricultura, com as saídas de Francisco Ramos, Raquel Duarte, Luís Medeiros Vieira e Miguel Freitas.

Experiência autárquica

Pelo menos 13 membros do Governo têm experiência autárquica, a começar pelo seu líder, António Costa. Entre os ministros, também Maria do Céu Albuquerque e Graça Fonseca passaram pelas Câmaras de Abrantes e Lisboa, uma como presidente e outra como vereadora, respectivamente. Entre os novos membros do executivo, há cinco que antes do Governo desempenharam cargos em autarquias: Susana Amador (Odivelas), Rita Mendes (Aguaiar da Beira), Eduardo Pinheiro (Matosinhos), Berta Nunes (Alfândega da Fé) e André Caldas (junta de Alvalade).

Famílias à parte

Entre ministros e secretários de Estado, já não há membros da mesma família. Alguns apelidos são comuns — caso de Miguel Cabrita e de Eduardo Cabrita — mas tudo não passa de mera coincidência. O que falta saber é se esta limpeza se estenderá aos gabinetes governamentais. Questionado sobre o tema à saída de Belém, António Costa disse apenas que a lei será cumprida. “Foi definida uma lei; a lei deve ser cumprida”, disse. A legislação impede que um titular possa nomear o cônjuge ou unido de facto, ascendentes e descendentes (seus e do cônjuge), irmãos e respectivos cônjuges, parentes até ao quarto grau na linha colateral (primos), e pessoas com quem tenha relação de adopção, por exemplo. Não impede as nomeações cruzadas.

Sónia Sapage

